

**PARTE A****PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA**

Chancelaria das Ordens Honoríficas Portuguesas

Despacho (extracto) n.º 21714/2009

Por despacho de S. Ex.ª o Ministro dos Negócios Estrangeiros, de 27 de Julho de 2009, autorizada a individualidade indicada a aceitar a seguinte condecoração:

Cavaleiro da Ordem “Della Stella Della Soliderietà Italiana”

Dr. Manuel de Novaes Cabral.

27 de Agosto de 2009. — O Secretário-Geral, *Arnaldo Pereira Coutinho*.

202344442

**PARTE B****PROVEDORIA DE JUSTIÇA****Despacho n.º 21715/2009**

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, nomeio Adjunta do meu Gabinete a licenciada em Direito Sara da Costa Louro Vera Jardim, com efeitos a partir de 7 de Setembro de 2009.

2 — A nomeada fica autorizada a exercer as actividades a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

2 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

202344904

Despacho n.º 21716/2009

1 — Ao abrigo do disposto no artigo 10.º da Lei n.º 9/91, de 9 de Abril, nomeio Adjunta do meu Gabinete a licenciada em Direito Inês Santos Pires, com efeitos a partir de 7 de Setembro de 2009.

2 — A nomeada fica autorizada a exercer as actividades a que se refere a alínea a) do n.º 2 do artigo 3.º do Decreto-Lei n.º 196/93, de 27 de Maio.

2 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

202344856

Despacho n.º 21717/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Isabel Lameirão Nogueira Pinto Vila de Brito, técnica superior do mapa de pessoal do Turismo de Portugal, I. P., para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Isabel Lameirão Nogueira Pinto Vila de Brito — natural de Lisboa (14.01.1967).

Licenciou-se em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1991 (Curso 1986/1991).

Frequência de acções de formação profissional, nomeadamente, nos domínios do Direito da Segurança Social, do Direito Administrativo e da Responsabilidade Civil Extracontratual do Estado.

Desde Fevereiro de 1998 que exerce as funções de Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Em Novembro de 1995 ingressou em estágio na Direcção-Geral do Turismo, na carreira técnica superior, vindo a ser nomeada técnica

superior de segunda classe, a título definitivo, em Janeiro de 1997, tendo exercido as aludidas funções na Divisão de Inspecção, da referida Direcção-Geral, até Fevereiro de 1998.

Colaboração como jurista na Divisão de Inspecção da Direcção-Geral do Turismo, entre Outubro de 1992 e Outubro de 1995.

Estágio de Advocacia sob a orientação do Dr. Orlando Marcelo Curto, de Abril de 1992 a Outubro de 1993.

202345139

Despacho n.º 21718/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço do licenciado em Direito José Diogo Piano Nunes dos Santos, para o cargo de Assessor do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota Curricular

José Diogo Piano Nunes dos Santos — natural de Lisboa (12.10.1974).

Licenciado em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, em 1997. Concluiu em Novembro de 2007 o Programa Avançado de Gestão de Saúde na Faculdade de Ciências Económicas e Empresariais da Universidade Católica Portuguesa e na mesma Universidade, na Faculdade de Direito, em Julho de 2004, Pós-Graduação em Direito da Saúde.

Foi Advogado desde Novembro de 2000 a Março de 2002, data em que assumiu funções como Assessor do Provedor de Justiça.

Desde então, tem tido a seu cargo o tratamento das queixas respeitantes à matéria da saúde. Pontualmente, tem a seu cargo matérias como o acesso a documentos e colabora em visitas a estabelecimentos prisionais. No exercício desta actividade redigiu o capítulo relativo a Portugal, sobre o tema Protecção na Saúde, do *Cuarto Informe sobre Derechos Humanos da FIO — Federación Iberoamericana de Ombudsmen*. É responsável pelo acompanhamento das recomendações sobre Protecção da Saúde formuladas para Portugal no âmbito da referida obra colectiva.

202345511

Despacho n.º 21719/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Mercedes Soares Rocha Silveira Corrêa Mendes, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Ana Mercedes Soares Rocha da Silveira Corrêa Mendes — natural de Lisboa (19.01.1969).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa (Menção de Ciências Económicas) Em 1992.

Em 1997 concluiu o Curso Intensivo de Especialização em Finanças para Gestores Não financeiros, no Instituto Superior de Economia e Gestão da Universidade Técnica de Lisboa). Em 2005 obtém a Pós-Graduação em Estudos Penitenciários pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa.

Assessora do Provedor de Justiça, inicialmente no Direito do Consumo e nos Assuntos Penitenciários, neste último caso realizando visitas aos estabelecimentos prisionais.

Foi co-autora do capítulo sobre o sistema penitenciário em publicação da Provedoria de Justiça, de 2008, intitulada “Relatórios Sociais”. Colaboradora nacional no Observatório de Direitos Humanos da Federação Iberoamericana de Ombudsman, no seguimento do seu Relatório sobre o sistema penitenciário.

202345503

Despacho n.º 21720/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Elisa de Pinho Leão Ferrão Morgado, técnica superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Maria Elisa de Pinho Leão Ferrão Morgado — natural de Lisboa (28-12-1964).

Licenciada em Direito pela Faculdade de Direito de Lisboa da Universidade Católica Portuguesa. Pós-graduada em Direito da Comunicação pelo Instituto Jurídico da Comunicação da Universidade de Coimbra. Frequentou o II curso de Pós-graduação em Direito do Emprego Público, organizado pelo Centro de Estudos de Direito Público e Regulação da Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra, assim como outros cursos de formação, colóquios e seminários, em particular, no âmbito do direito da função pública.

Assessora do Provedor de Justiça, desde Novembro de 2000, na área relativa aos assuntos de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança. Técnica superior da Direcção-Geral da Administração e do Emprego Público, desde Dezembro de 1993, com especialização nas matérias referentes a estruturas orgânicas e quadros de pessoal, estatuto do pessoal dirigente, regime remuneratório e carreiras dos trabalhadores da Administração Pública (Departamento de Reclassificação, Reconversão e Colocação de Pessoal) e Departamento de Ordenamento de Carreiras e de Política Salarial).

202345447

Despacho n.º 21721/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Helena Maria Almada e Melo Furtado de Mendonça Lancastre, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Helena Maria Almada e Melo Furtado de Mendonça Lancastre — natural de Lisboa (5.07.1965).

Licenciada em Direito pela Universidade Católica Portuguesa de Lisboa (1988).

Pós-Graduação em Estudos Europeus, vertente jurídica, pelo Centro de Estudos Europeus da Universidade Católica de Lisboa (1993).

Participação em acções de formação, designadamente, sobre o Regime de Aposentação na Administração Pública, a Protecção dos Riscos Profissionais e no domínio do Direito Administrativo.

Assessora do Provedor de Justiça, desde Fevereiro de 2005, para a área dos Assuntos Sociais (Direito do Trabalho, Segurança Social e Habitação Social).

Desempenhou funções de Inspectora Superior Principal na Inspecção-Geral dos Serviços de Justiça, entre Novembro de 2001 e Fevereiro de 2005.

De Setembro de 1997 a Outubro 2001, foi Assessora do Provedor de Justiça na área dos Assuntos Sociais.

Exerceu advocacia na Sociedade de Advogados “Jardim, Sampaio, Caldas e Associados”, entre Outubro de 1990 e Setembro de 1997, tendo realizado o respectivo estágio na mesma sociedade de advogados, entre Outubro 1988 e Outubro 1990.

202345188

Despacho n.º 21722/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves, técnica superior do mapa de pessoal da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota curricular

Ana Fernanda Ferreira Pereira Neves — natural de Gondomar (6.03.1969).

Doutorada em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa. Obra publicada: monografia Relação jurídica de emprego público: movimentos fractais, diferença e repetição, Coimbra Editora, 1999; artigos e notas de jurisprudência que versam sobre matérias de Direito Administrativo e de Direito da função pública. Experiência profissional: assessora do Provedor de Justiça (desde 2000); actividade docente na Faculdade de Direito de Lisboa (desde 1996) No curso de licenciatura, em cursos pós-graduados e cursos de mestrado, com participação ocasional em cursos de pós-graduação de Direito do Trabalho e de Direito do Emprego público, na Faculdade de Direito de Coimbra (respectivamente, do IDET e do CEDRIPE), e no âmbito do curso de Pós-Graduação em Direito das Autarquias Locais e Urbanismo, na Faculdade de Direito do Porto; técnica superior da Direcção-Geral dos Serviços Prisionais, com exercício de funções no Serviço de Auditoria e Inspecção (de 1994 a 2000).

202345341

Despacho n.º 21723/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Elisa Padre Ataíde Ribeiro Amado Namorado de Carvalho, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.

Nota Curricular

Maria Elisa Padre Ataíde Ribeiro Amado Namorado de Carvalho — natural de Lisboa (22/04/1969).

Licenciada em Direito pela FDUL (*Felicitate*) [1992], Especialista na Área de Ciências Jurídico-Políticas (Direito Constitucional e Eleitoral, Administrativo, do Ambiente e do Trabalho), concluiu a parte escolar do Mestrado em 1995, com média de 15 valores.

Desde Março de 2003 exerce, em comissão de serviço, funções de assessora do Provedor de Justiça, na Área de organização administrativa e relação de emprego público, estatuto do pessoal das forças armadas e das forças de segurança. Suspendeu, a seu pedido, a inscrição na Ordem dos Advogados. Exerceu Advocacia ininterruptamente até 2003 e foi Secretário da Mesa da 3.ª Secção do V Congresso dos Advogados Portugueses (Lisboa, 2000).

Entre 1992 e 1996, leccionou, na FDUL, nas áreas de Finanças Públicas, Direito Fiscal e Direito do Trabalho. Participou no corpo redactorial da “Revista de Direito do Ambiente e Ordenamento do Território”, publicada pela APDA (1996) e foi membro da Mesa da Assembleia Geral desta Associação. Publicou Monografias e artigos nas áreas da Legislação Eleitoral Portuguesa, Contencioso Eleitoral, Direito do Ambiente (Policia Administrativa do Ambiente), entre outros.

202345439

Despacho n.º 21724/2009

Ao abrigo do disposto no artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 279/93, de 11 de Agosto, com a redacção actualmente vigente, renovo a comissão de serviço da licenciada em Direito Maria Eduarda dos Santos Ferraz de Meneses Falcão, para o cargo de Assessora do Provedor de Justiça, com efeitos a partir da data do presente despacho.

11 de Setembro de 2009. — O Provedor de Justiça, *Alfredo José de Sousa*.